

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Samuel Pereira Marcolin

“NEGÓCIO SUSPEITO”:
O sindicato dos telefônicos frente à privatização da CRT através do jornal *o Parceiro*
(1996-1998)

Porto Alegre

2011

Samuel Pereira Marcolin

“NEGÓCIO SUSPEITO”:

**O sindicato dos telefônicos frente à privatização da CRT através do jornal *o Parceiro*
(1996-1998)**

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial a para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora:
Profa. Dra. Céli Regina Jardim Pinto

Porto Alegre

2011

Dedico este trabalho a Eronilda Pereira Marcolin pelo exemplo de ternura e coragem.

AGRADECIMENTOS

A professora Céli Regina Jardim Pinto pela orientação paciente, generosa e estimulante que ajudou muito a um orientando um tanto desorganizado. Aos professores e aos funcionários do departamento de História pela diversidade de pensamento e pela dedicação na nossa formação acadêmica.

Agradeço aos colegas e amigos da faculdade, pelas conversas, opiniões, e o conhecimento que eles compartilharam comigo durante estes cinco anos. Gostaria de citar os meus companheiros de Heródoto: André, Gabriel, Gustavo, Mathias, Marcos, Rául e Rodrigo pelas alegrias e frustrações como acadêmicos e desportistas, e aos colegas que também se tornaram grandes amigos, Carlos, Marcelo, Marla e Nathália, todo meu carinho pelo apoio e pela amizade de vocês durante estes anos.

Agradeço aos meus companheiros desde os tempos de Cefet, que eu considero irmãos e que em todos os momentos que precisei estiveram comigo, Ândrio, Adriano, Henrique, Cristiano e Paulo.

Quero agradecer ao meu pai Hilário pelo apoio aos meus projetos e escolhas, e pela total liberdade e confiança que ele sempre me proporcionou durante toda minha vida.

A minha mãe Eronilda por ter sempre um olhar acolhedor quando retorno a Caxias do Sul, e por demonstrar uma simplicidade, generosidade e sabedoria que a fazem uma mulher singular.

As minhas irmãs Sandra e Sabrina pelo apoio e a amizade de vocês, e pelos momentos de descontração que me proporcionaram durante este semestre, momentos que foram fundamentais. Não posso deixar de fazer um agradecimento especial a Sandra pela generosidade, o amor e a paciência de irmã mais velha que ela teve comigo durante todo o período da faculdade.

Enfim, gostaria de agradecer a todos que fizeram parte de alguma forma da minha formação acadêmica e que possibilitaram que este trabalho fosse concluído, com certeza os nomes não cabem nesta página, mas os guardo com um sentimento de eterna gratidão.

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares.

Fernando Pessoa

RESUMO

Este trabalho trata do processo de privatização da Companhia Riograndense de Telecomunicação (CRT) entre 1996 a 1998, tendo como objetivo compreender em que contexto político econômico ela está inserida, e qual a ação do Sindicato dos Telefônicos (SINTELL/RS) frente ao processo de privatização do seu espaço de trabalho. A pesquisa procedeu utilizando como fonte história o jornal produzido e distribuído pelo sindicato dos telefônicos chamado *O Parceiro*. A análise de seu conteúdo permitiu estabelecer algumas características da ação deste sindicato como representante dos funcionários durante a venda da CRT. Para tanto, o presente estudo contextualiza o Brasil e no caso específico o estado do Rio Grande do Sul dentro das práticas políticas econômicas neoliberais buscando descrever brevemente a expansão do pensamento neoliberal dentro dos países do centro do capitalismo até a chegada aos países periféricos, que no caso brasileiro tem início com a eleição do presidente Fernando Collor de Melo em 1989. São analisadas a fim de melhor compreender as lutas do SINTELL/RS contra as privatizações do Governo Britto, a estruturação do chamado Novo Sindicalismo Brasileiro na década de 1980, e as mudanças que a postura dos sindicatos irão sofrer no contexto neoliberal brasileiro dos anos 90, onde se encontram as lutas do SINTELL/RS contra as privatizações do Governo Antônio Britto.

Palavras-chave: **Neoliberalismo. Novo sindicalismo privatizações. Ação sindical. Brasil.**

ABSTRACT

This work studies the privatization process of the Companhia Riograndense de Telecomunicação (CRT), between 1996 and 1998, aiming to comprehend in what political-economical context it is inserted, and what were the actions of the Sindicato dos Telefônicos (SINTELL/RS) in face of the privatization of its workspace. The research proceeded with the use of the newspaper *O Parceiro*, produced and distributed by the telephone union, as historical source. The analysis of its content enabled the author to establish some characteristics of the union's actions as representative of the employees during the sale of CRT. To do so, the present work contextualizes Brazil and, in this specific case, the State of Rio Grande do Sul, within the neoliberal political-economical practices, seeking to briefly describe the expansion of neoliberal thought from countries in the center of capitalism to its arrival in peripheral countries. In the Brazilian case, the arrival of neoliberal through occurred with the election of President Fernando Collor de Melo, in 1989. To better comprehend the struggles of SINTELL/RS against the privatizations of the Britto Government, analysis are made of the structuring of the so-called New Brazilian Unionism in the 1980s, and the changes of position the unions suffered in the Brazilian neoliberal context of the 1990s, period when SINTELL/RS was fighting against the privatizations of the Antônio Britto government.

Keywords: Neoliberalism. New Unionism. Privatizations. Union Action. Brazil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: sindicalismo e neoliberalismo no anos de 1990	9
2 NEOLIBERALISMO BRASIL	12
2.1. A EXPANSÃO DO PENSAMENTO DOMINANTE.....	12
2.2 NEOLIBERALISMO EM TERRAS BRASILEIRAS.....	17
3 O NOVO SINDICALISMO BRASILEIRO	23
3.1 O SINDICATO NOS ANOS 90	26
4 O SINDICATO DOS TELEFÔNICOS E A PRIVATIZAÇÃO DA CRT	30
4.1 O GOVERNO ANTÔNIO BRITTO.....	30
4.2 A AÇÃO SINDICAL E A PRIVATIZAÇÃO DA CRT	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERENCIAS	43

1 INTRODUÇÃO: sindicalismo e neoliberalismo no anos 90

Na introdução do livro *O Brasil Privatizado*, Aloysio Biondi afirma:

Todos esses desastres já criaram a convicção de que o famoso processo de privatização no Brasil está cheio de aberrações. Não foi feito para “beneficiar o consumidor”, a população, e sim levando em conta os interesses – e a busca de grandes lucros – dos grupos que “compraram” as estatais, sejam eles brasileiros ou multinacionais. Mas há mentiras ainda maiores a serem descobertas pelos brasileiros, destruindo os argumentos que o governo e os meios de comunicação utilizaram para privatizar as estatais a toque de caixa, a preços incrivelmente baixos. (BIONDI, 2001, p. 9).

Os argumentos citados por Biondi, que justificariam a venda das estatais brasileiras, ainda estão em evidência, e a compreensão deste processo está em desenvolvimento.

A política econômica adotada a partir da redemocratização brasileira e da consequente eleição de Fernando Collor de Melo em 1989 marca o início das medidas neoliberais no Brasil¹. Como consequência, diversas práticas visando a diminuição do Estado frente ao capital privado serão tomadas a partir daquele momento, tendo seu ápice na implementação dos programas de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso no período (1995-2002)². No Rio Grande do Sul a vitória do candidato do PMDB Antônio Britto em 1994, abre o processo de privatizações das estatais estaduais, bem como a colocação de praças de pedágios nas estradas e o arrocho salarial dos servidores públicos.

O Rio Grande do Sul governado por Antônio Britto (1995-1998) vai estabelecer por parte do governo um discurso de retomada do prestígio dentro do Estado brasileiro. Já na campanha eleitoral este tinha sido um tema muito abordado, as propostas para que o crescimento voltasse estavam calcadas em um processo de modernização do Estado, que era visto como ineficiente e atrasado pelo candidato do PMDB.

Neste contexto que o presente trabalho insere-se, pois, a privatização das telecomunicações foi uma das ações tomadas pelo Governo Britto, que em harmonia com a

1 Collor após sua posse criou um plano para recuperar a economia organizado pela ministra da fazenda Zélia Cardoso de Mello. O Plano Collor promovia a abertura dos mercados nacionais e a criação de uma nova moeda (Cruzeiro). Além disso, o Plano Collor também exigiu o confisco das poupanças, com valores superiores a 50 mil cruzeiros, durante um prazo de dezoito meses.

2 O Governo Fernando Henrique Cardoso conseguiu que o Congresso Nacional aprovasse a quebra dos monopólios estatais nas áreas de comunicação e petróleo, assim como a eliminação de restrições ao capital estrangeiro.

política econômica de FHC, vai utilizar argumentos que acusavam o setor das telecomunicações de ser incapaz de suprir as demandas da população.

A Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), empresa responsável pelas telecomunicações no estado, era uma empresa estatal desde dezembro de 1962 quando o então governador Leonel de Moura Brizola decretou a encampação da Companhia Telefônica Riograndense, abrindo espaço para criação da CRT. Entre os anos de 1996 e 1998 as ações desta companhia serão vendidas ao capital privado em leilões comandados pelo Estado, mas os trabalhadores da CRT vão lutar durante este período tentando através de diversas estratégias impedirem a venda.

O SINTELL/RS, sindicato dos telefônicos do Rio Grande do Sul que tem uma história de lutas por melhores condições de trabalho e salário dentro da categoria, filiado a Central Única dos Trabalhadores-CUT, vai durante esses anos, entre 1996 e 1998 organizar uma série de lutas e mobilizações, que em sua grande maioria serão veiculadas no jornal *O Parceiro*.

O jornal *O Parceiro* que tem a produção e distribuição feita sob a responsabilidade do sindicato dos telefônicos desde 1984, vai ser um instrumento de luta contra a privatização de fundamental importância neste período. Sendo um jornal da imprensa alternativa, podemos afirmar que ele não tem as mesmas características do jornal de grande circulação, não sendo influenciado diretamente pela indústria cultural³ e não estando ligado aos instrumentos de poder governamental. Dentro deste trabalho busco analisar o conteúdo do jornal *O Parceiro*, traçando o processo de privatização da CRT e conseqüentemente as perspectivas que o sindicato tinha sobre a privatização de seu espaço de trabalho.

Importante ressaltar que o jornal *O Parceiro*, é um periódico de circulação estadual, sendo um veículo de informação entre o sindicato e os trabalhadores das telecomunicações dentro do Rio Grande do Sul. Na pesquisa através deste periódico, que tem uma publicação bimestral, foram importantes os trabalhos da pesquisadora Maria Helena Capelato, que entre seus principais estudos faz a análise de fontes da imprensa⁴. A pesquisadora afirma que o jornal utilizado como fonte de pesquisa não pode ser analisado como uma fonte de

3 Utilizo o conceito Indústria Cultural empregando no sentido de que os conteúdos jornalísticos e culturais voltados para a massa, obedecem a uma lógica de mercado e que portanto passam a também serem vistos como uma mercadoria.

4 Refiro-me aqui ao livro, O bravo matutino - imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo de 1980 e Os arautos do liberalismo de 1988. Estudos onde a pesquisadora aborda as relações entre política, imprensa e Estado.

“verdades”, mas como um objeto condicionado a interesses e a época em que está inserido e, sobretudo, aos objetivos dos grupos que ele representa.

Um jornal sindical como *O Parceiro*, vai representar dentro deste contexto um contraponto à mídia de massas, que no caso do Rio Grande do Sul vai estar diretamente ligado ao consórcio que acabaria por vencer o leilão de privatizações da CRT⁵. Interessa que o jornal *O Parceiro* vai além do jornalismo sobre o sindicato e suas ações, busca durante o período da privatização refletir sobre a conjuntura que as políticas econômicas adotadas pelo governo, que estão atreladas a um contexto global, interferem na vida dos trabalhadores. Esta fonte torna-se cheia de significados, pois, valoriza a capacidade reflexiva dos sindicalizados ao tratar de forma conjuntural os fatos que interferem no mundo do trabalho e que sem dúvida ampliam as discussões sobre o papel do trabalhador na sociedade.

O discurso do sindicato dos telefônicos estará logicamente relacionado aos anseios desta categoria, e a posição que esta revela sobre as relações estabelecidas nos anos em que o governo Britto está no poder. A partir dos jornais podemos estabelecer relações com os conceitos anteriormente mencionados de neoliberalismo e privatizações.

Ao analisar um documento escrito, como no caso desta fonte, pretendo levar em conta as relações de poder que produziram este jornal, buscar interpretar e ir além da descrição das reportagens, informações, e refletir sobre a interferência da própria ação do pesquisador, ter a consciência da parcialidade implicada nesta análise e da participação na construção deste monumento. (LE GOFF, 1996).

5 O Grupo RBS esteve presente em quase todos os leilões do Sistema de Telefonia brasileiro, participando no Rio Grande do Sul tendo como principal parceira a Telefônica da Espanha na compra das ações da CRT.

2 NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Este capítulo tem por objetivo compreender de que maneira o neoliberalismo tornou-se a política econômica dominante no centro do capitalismo nos anos 1980, e como o desenvolvimento brasileiro foi influenciado por esta conjuntura. Para uma maior compreensão dos meus argumentos resolvi dividir o capítulo em duas partes: na primeira descrevo brevemente a ascensão do pensamento neoliberal junto à crise econômica dos países capitalistas na década de 1970, num segundo momento procuro analisar a inserção das práticas neoliberais no Brasil partindo do Governo Fernando Collor.

2.1 A EXPANSÃO DO PENSAMENTO DOMINANTE

A crise de acumulação de capital vista nas economias mais pujantes do sistema capitalista durante a década de 1970, formou o cenário em que podemos explicar a hegemonia alcançada pelo pensamento neoliberal em quase todo o planeta nos 20 anos seguintes. Após três décadas de crescimento econômico, estabilidade financeira, altos índices de pessoas empregadas, aumentos reais nos salários dos trabalhadores, o Estado de bem-estar social entrou em crise no começo daquela década, pondo fim a “Era de Ouro”⁶ para os países do bloco ocidental durante a Guerra Fria.

Um grande número de desempregados, miseráveis e sem teto novamente eram vistos nas grandes economias, o que voltou a gerar um clima de insegurança na população destes países, as políticas econômicas keynesianas⁷ adotadas com a finalidade de evitar uma depressão como a da década de 1930 demonstravam suas limitações. Pela primeira vez a economia mundial assistia a uma crise que conjugava baixo crescimento e altos índices de inflação, fenômeno que ficou conhecido como “estagflação”. Os defensores de continuar com uma política de crescentes gastos públicos, pleno emprego, acreditavam que a depressão econômica, expressão usada com muito cuidado naqueles anos, iria passar e que o

6 O sucesso econômico e por vezes social desses países neste período fez com que o historiador Eric Hobsbawm criasse a expressão, “Era de Ouro” do capitalismo.

7 O New Deal nos Estados Unidos, O Estado de Bem-Estar na Europa e O Desenvolvimentismo na América Latina.

crescimento voltaria, já os neoliberais que defendiam o controle orçamentário e juros altos para controlar a inflação, junto com todas as suas consequências, como diminuição dos gastos sociais do governo e o crescimento do desemprego, concebiam que está era a única condição para a volta do lucro, motor do mercado e da economia capitalista.

As ideias neoliberais formuladas visando o fim da crise começaram a ganhar espaço, no momento em que a continuação das políticas keynesianas se mostraram ineficientes. Os prêmios Nobel de economia Friedrich Hayek em 1974 e Milton Friedman em 1976 nos ajudam a compreender como essas ideias ganharam folego neste período. Os dois economistas desde a década de 1940 eram fundadores e participantes da sociedade Mont-Pélerin, organização fundada em 1947 por intelectuais, economistas e políticos com a finalidade de propagar o liberalismo e seus valores. Hayek foi um dos economistas com maior reconhecimento da Escola Austríaca de Economia⁸, sua contribuição no campo da economia o coloca entre os maiores pensadores do liberalismo no século XX, com o livro, *O Caminho da Servidão* de 1944, ele atacava as políticas econômicas baseadas no Keynesianismo, fazendo duras críticas ao que chamava de assistencialismo, era contrário ao planejamento econômico por parte do Estado, acreditava que o mercado fortalecido seria capaz de obter o crescimento e o bem-estar da população, portanto o Estado deveria intervir para estabelecer um sistema eficaz de concorrência. Tanto para Hayek quanto para Friedman a desigualdade trazida por uma sociedade baseada no mercado não era vista como algo negativo, pois a desigualdade social alimentava a competitividade fazendo com que a sociedade crescesse por completo.

As ideias e os valores do neoliberalismo são estudadas pelo geógrafo britânico David Harvey, que o define na introdução de um de seus livros como (HARVEY, 2008, p. 9):

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado não devem aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos

⁸ A Escola Austríaca é uma escola de pensamento econômico que enfatiza o poder da organização espontânea e dos mecanismos de preço, defendem a força dos contratos voluntários entre as pessoas e a intervenção mínima de forças coercitivas como os governos.

mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (HARVEY, 2008, p.9).

Os teóricos neoliberais⁹ neste momento explicavam a crise a partir de alguns pontos específicos. Um dos setores mais atacados foram os sindicatos e o movimento operário, as pressões exercidas por estes setores da sociedade faziam com que a taxa de lucro das empresas diminuíssem e ao mesmo tempo o Estado tivesse a obrigação de aumentar os gastos sociais, fazendo com que os ganhos fossem menores e a inflação aumentasse pela falta de uma regulação orçamentária. O legado de Keynes segundo eles fazia com que a economia tivesse chegado a essa crise.

A solução que Hayek e seus seguidores viam para vencer a crise estava baseada no controle das finanças do estado, que denominavam “disciplina orçamentária”, os gastos dos governos deveriam sofrer severos cortes, sobretudo os gastos sociais, e era preponderante que houvesse junto destes cortes um aumento coordenado dos juros visando a diminuição dos índices de inflação. Partindo destas primeiras medidas, era necessário que o desemprego fosse significativo a ponto de formar um exército de trabalhadores prontos a assumir novos empregos, isso era uma medida pragmática para enfraquecer os sindicatos, junto as suas manifestações como as greves. Concomitante a estas práticas se processaria uma série de incentivos a liberalização dos mercados, e a diminuição dos impostos para os mais ricos estava certamente neste pacote. Um dos fatores que mais surpreendia os debatedores da crise era a convicção de que – “[...] o crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos.” (ANDERSON, 1994, p. 3).

Como já foi mencionado esse debate entre as políticas fiscais e econômicas keynesianas e neoliberais foi longo e durou quase uma década, somente no final dos anos 1970 é que surgiram os primeiros exemplos concretos de medidas neoliberais no centro do capitalismo. A Inglaterra elegeu como primeira ministra, Margareth Thatcher em 1979, ela foi eleita com a promessa de sair da crise e fazer o país estabilizar a inflação, iniciou então uma série de reformas que visavam à retomada do crescimento. Na verdade estava-se em busca da retomada produtiva do capital, o governo inglês contraiu a emissão de papel moeda além de tomar medidas contra os sindicatos. Importante salientar aqui as fortes ações deste governo

⁹Além de Friedrich Hayek e Milton Friedman, podemos citar o filósofo Karl Popper, e o economista Lionel Robbins, todos irmanados no combate tanto ao *Welfare State* europeu como ao *New Deal* norte-americano.

sobre os trabalhadores e a violenta repressão contra qualquer tipo de manifestações, sobretudo contra as greves, demonstrando que estes eram novos tempos para classe trabalhadora inglesa após um período pós-Segunda Guerra que a Europa Ocidental, mas principalmente França e Inglaterra apresentaram a partir de governos da social democracia fortes ligações com os sindicatos.

Ou seja, não se trata apenas de um debate teórico, mas, de um projeto político que visava, ao fim e ao cabo, não necessariamente retomar o crescimento econômico, mas, garantir à burguesia (principalmente financeira), taxas de lucro exorbitantes, promovendo uma gigantesca transferência de capital.

Já no ano de 1980 assumia a presidência dos Estados Unidos o republicano Ronald Reagan, seu mandato foi marcado pela retomada da corrida armamentista com a União Soviética, buscando assim desestabilizar o regime comunista soviético. No campo econômico adotou práticas semelhantes a da ministra inglesa¹⁰, reduzindo impostos para os ricos, aumentando as taxas de juros e reprimindo as manifestações grevistas. Embora o controle orçamentário tenha sido esquecido, pois nunca até aquele momento os Estados Unidos tinham contraído tantos bilhões em dívidas, frutos da chamada segunda Guerra Fria, embate que realmente acabou com a vitória estadunidense e na hegemonia do sistema capitalista. De toda forma o problema estrutural é que os empregos da “Era de Ouro”, com estabilidade e segurança não voltariam. A Insegurança que iria atingir os trabalhadores das fabricas inglesas e norte-americanas nos anos 1980 pela eminente possibilidade de perderem seus empregos, chegaria ao início da década de 1990 aos escritórios destes mesmos países, demonstrando que a hegemonia neoliberal tinha atingido um dos seus grandes objetivos, destruir ou ao menos diminuir abruptamente a capacidade de negociação e de criação de empregos dos sindicatos.

O processo em que estas regiões submeteram-se através da lógica neoliberal fez com que antigas estruturas ficassem abaladas. Países como os Estados Unidos e a Inglaterra com governos reconhecidamente nacionalistas, e que enxergavam os mercados externos sempre com alguma desconfiança, mantiveram suas formas de soberania intactas. Já em outras regiões do planeta, quando o neoliberalismo tornou-se um pensamento hegemônico, como nos países do leste Europeu e da América Latina, milhares de trabalhadores viram suas relações sociais e de trabalho radicalmente transformadas por forças que agora agiam livres, sem a

10 Devemos fazer uma ressalta, apesar de Inglaterra e os Estados Unidos terem adotado diversas medidas neoliberais, o Estado neoliberal na sua constituição prática sofre diversos desvios se compararmos com a teoria neoliberal. Na maioria das vezes o Estado continuará administrando e regulando os mercados mesmo que o discurso seja contrário a essa prática.

vigilância e o controle do Estado¹¹. Isto é explicado pela ideia primordial de que em um estado neoliberal a troca de mercadorias é capaz de servir a toda população sendo um elemento fundamental para o bem estar geral. Para tanto é importante que a maioria das ações desta sociedade estejam centradas no mercado, sendo que com este interesse as práticas neoliberais necessitam uma capacidade tecnológica compatível para armazenar todas as informações necessárias a fim de orientar os mercados. Um bom exemplo destes tipos de controle vem do primeiro país onde se programou políticas de caráter neoliberal como um programa de governo. No Chile em 1973, um golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet, assassinou o presidente Salvador Allende no próprio palácio presidencial de La Moneda. Este golpe foi organizado e apoiado internamente pelas elites primordialmente católicas, que eram contra as reformas do primeiro governo socialista eleito democraticamente na América Latina, e externamente pelos Estados Unidos que não admitiriam posições de governos latino-americanos com tendências socialistas em plena Guerra Fria. Demonstração clara de como as políticas econômicas neoliberais e o livre mercado poderiam conviver muito bem sem uma democracia política. As medidas adotadas pelo Chile seriam observadas com muito entusiasmo por assessores políticos e econômicos da futura ministra Thatcher, a cooperação entre economistas da Universidade de Chicago¹², reconhecida como reduto das ideias neoliberais nos Estados Unidos, tendo como professor Milton Friedman, e os economistas da Universidade Católica do Chile vão encabeçar o regime de reformas adotadas na primeira experiência neoliberal mundial, os Chicago Boys.

Apesar da experiência neoliberal chilena, o historiador e economista Perry Anderson explica que a América Latina fará parte somente do terceiro avanço do neoliberalismo no mundo. Após criar raízes nos Estados Unidos e na Inglaterra e influenciar a política econômica dos países da Europa Ocidental, mesmo os governados por partidos não alinhados com esse pensamento como a França de Mitterrand, as ideias de estado mínimo dominaram os governos do leste europeu implementando programas de desestatização radicais como na Polônia e na República Tcheca, territórios que faziam parte do bloco comunista. A partir do fim dos anos 1980 que o neoliberalismo vai aparecer como um modelo, para os países da América latina. Observamos diferentes resultados para a implementação destas políticas no continente, principalmente México e Argentina que terão decorrências positivas no campo

11 O avanço do neoliberalismo no leste europeu é radical, a exemplo do ministro das finanças polonês Leszek Balcerowicz e Yegor Gaidar, primeiro ministro russo no governo de Iéltsin, considerados intransigentes até mesmo por seus pares nos países da Europa ocidental.

12 O general Pinochet ofereceu a essa equipe de economistas liderados por Milton Friedman, um local para a experimentação de suas teorias, ficaram conhecidos como “Chicago Boys”. O ditador manteve a estabilidade política e social através da repressão, instalando um regime de terror e censura, criminalizando os críticos.

econômico em curto prazo. Estabelecer as políticas de controle da inflação, e aumento do desemprego, além das medidas de desregulamentação para dar maior liberdade aos mercados, só foi possível, pois o controle do poder nas mãos dos executivos propiciou as ferramentas necessárias para afugentar os discordantes, mesmo que isso tenha sido feito a partir de medidas controversas como no caso Argentino comandado pelo presidente Carlos Menem do partido Justicialista (Peronista), que se manteve no poder por uma década depois das eleições de 1989. Mas a América Latina não conheceu somente governos que através da força de seus poderes executivos foram capazes de impor as medidas impopulares do neoliberalismo, Perry Anderson nos chama a atenção para o impacto que a hiperinflação teve sobre a população de algumas regiões do continente, como forma de convencimento na adoção das medidas neoliberais. Na verdade, o único regime de força que implementou o neoliberalismo nesta década foi o Governo Fujimori, no Peru. Além disso, deve-se ressaltar que antes de 1989, Paz Estenssoro, na Bolívia, já havia adotado medidas neoliberais a partir de 1984. O Brasil neste contexto elegeu um presidente nas eleições de 1989 “digno de confiança”, “pois nunca tinham ouvido falar nele.” (ANDERSON, 1994).

2.2 NEOLIBERALISMO EM TERRAS BRASILEIRAS

O Brasil vai ter o primeiro programa de governo neoliberal a partir da eleição de Fernando Collor de Mello no ano de 1989. Collor era um candidato praticamente desconhecido pela maioria da população, e durante a ditadura fez parte dos quadros da Arena, sendo que no período militar foi nomeado prefeito da cidade de Maceió. Posteriormente em 1986 filiou-se ao PMDB, onde foi eleito governador do estado de Alagoas. Para concorrer à presidência em 1989, Collor que já fazia oposição dentro do PMDB ao presidente José Sarney, renunciou ao cargo de governador disputando o pleito através do pequeno PRN (Partido da Reconstrução Nacional).

Seu programa de campanha buscava alcançar o crescimento e vencer a inflação, que durante toda a década de 1980 juntou-se ao baixo crescimento do país, durante o governo do presidente José Sarney a tarefa de fazer o Brasil crescer sem inflação ficou longe de obter êxito e a hiperinflação atingiu números na casa dos milhares. A candidatura de Collor buscava conciliar abertura do país ao capital estrangeiro, privatizações e a desregulamentação da economia. Já sua campanha demonstrava uma postura moralista, de um homem moderno capaz de tirar o país da crise, o combate à corrupção, tema fundamental na sua propaganda

política, era focado na caça aos “marajás”, nome dado aos funcionários públicos com salários altos, que segundo o candidato eram os responsáveis pela crise financeira do Estado brasileiro.

As eleições de 1989, as primeiras desde 1960 onde os próprios cidadãos poderiam escolher diretamente o presidente da república, foram decididas no segundo turno, o debate ficou polarizado nas figuras de Lula e Collor. Com uma diferença de 3,9 milhões de votos, Collor saiu vencedor, a população tinha aceitado o discurso contra a corrupção e os privilégios, e a perspectiva de um Brasil moderno, sem a inflação e a corrupção do governo de Sarney. A imagem de “salvador da pátria” parece ser representativa desta figura, e as elites tiveram papel importante nesta construção, pois viam em Collor a única alternativa possível naquelas condições para barrar um candidato como Lula, com um passado de operário e líder sindical, defendendo propostas que assustavam tanto a burguesia industrial quanto os latifundiários, seu discurso voltado para o social, por uma reforma agrária eficiente e por uma relação entre patrões e trabalhadores mais igualitária, era considerado por grandes espaços da classe média brasileira com um discurso radical, “[...] Collor foi à expressão (bem sucedida) de um improviso necessário da ordem ante os riscos presentes na ordem eleitoral.” (ANTUNES, 2004, p. 9).

As medidas propostas por Collor, durante a campanha foram introduzidas na economia brasileira logo nos primeiros meses, mas como já foi dito, não existe um estado neoliberal que comporte na prática todas as suas proposições teóricas, portanto diversas ações tomadas neste governo demonstraram uma intervenção direta na economia¹³, um grande exemplo é o congelamento das contas correntes e da poupança, com o intuito de gerar recursos para o pagamento das dívidas públicas. Já o projeto de abertura ao capital externo, privatizações e desregulamentação, promessas de campanha do candidato são em parte descritas neste trecho do livro “Que Brasil é este”, do sociólogo Emir Sader, onde o autor evidencia algumas consequências dessas políticas (SADER, 1991, p.13):

O governo Collor logo começou a facilitar a importação dos mais variados produtos, de eletrodomésticos e brinquedos a automóveis. Um elevado número de funcionários públicos foi dispensado, os preços dos produtos de consumo básico da população foram liberados, e a possibilidade de aumentos salariais, vetada. De forma coerente com o objetivo de diminuir os custos do Estado, setores significativos do funcionalismo público foram desmontados, incluindo-se entre eles os que exerciam a fiscalização da sonegação de impostos e do cumprimento das responsabilidades de empresas privadas voltadas à prestação de serviços à

13 Algumas medidas do Plano Collor realmente foram consideradas por setores da direita como de um “intervencionismo exacerbado”, mas nesse sentido a intervenção estatal cumpriu a tarefa lógica de um Estado que busca ser privatizado.

população. Com o achatamento dos salários do funcionalismo público, um número significativo de quadros altamente capacitados passou para o setor privado, cuja capacidade de remuneração foi ficando incomparavelmente superior. (SADER, 1991, p.13).

As mudanças continuaram com as primeiras privatizações de empresas estatais, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)¹⁴, foi uma das primeiras empresas estatais a entrar no processo de privatização, o mercado foi aberto ao capital estrangeiro, facilitando a entrada de diversos produtos desde informática a automóveis, Collor justificava a entrada destes últimos, chamando os automóveis produzidos no Brasil de “carroças”. O Plano Collor não busca atingir de fato nenhum interesse que incomode de forma concreta as elites brasileiras, nenhuma discussão séria sobre reforma agrária, nenhuma posição nova referente à acumulação de capital, a economia informal, ao desemprego, alguma proposta eficiente de redistribuição das riquezas no combate a miséria, pontos estes que interessariam aos trabalhadores.

Importante salientar que a política econômica do período iniciado em 1990 está ligada a uma série de fatores conjunturais da América Latina. Nos anos 80 com a crise mexicana e polonesa, com o endividamento externo e a moratória desses dois países, a estratégia para ajudar financeiramente os países periféricos do sistema mudou, é na segunda metade dos anos 80 que as ideias liberais se generalizaram pela América Latina. Os países endividados tiveram de fazer uma escolha: abrir os mercados aos capitais internacionais através de Estados não intervencionistas e abandonar aos projetos de desenvolvimento nacional em troca de melhores condições de pagamento para suas dívidas. (FIORI, 2005, p. 49).

A pressão exercida sobre os países Latino-Americanos vai se intensificar a partir de 1989, com a realização da reunião do Consenso de Washington. Os funcionários de entidades como o Banco Mundial, o FMI e do governo norte-americano junto a especialistas em assuntos latino-americanos reuniram-se em novembro daquele ano, para analisar as reformas econômicas feitas em alguns países da região, as conclusões dessa reunião foram denominadas informalmente de “Consenso de Washington.” O fato é que essa reunião serviu para coordenar ações das entidades que participavam ativamente destas reformas, foi reafirmado como conclusão os benefícios do neoliberalismo, postura que o governo norte-americano vinha impondo através dessas entidades em troca de liberações financeiras e acordos de cooperação. Um conjunto de elementos antes esparsos entre o governo norte-

14A CSN foi criada durante o Estado Novo por decreto do presidente Getúlio Vargas, após um acordo diplomático, denominado *Acordos de Washington*, feito entre os governos brasileiro e estadunidense, que previa a construção de uma usina siderúrgica que pudesse fornecer aço para os aliados durante a Segunda Guerra Mundial e, na paz, ajudasse no desenvolvimento do Brasil.

americano, Banco Mundial e o FMI, foram reunidos neste momento demonstrando a coesão e o peso destas instituições para “recomendar” políticas na América Latina. O neoliberalismo foi reafirmado pelos membros da reunião através da efetividade nas reformas adotadas na região, buscando atingir o consenso de que o melhor caminho seria seguir as diretrizes econômicas neoliberais.

Collor numa escolha política clara vai adotar este discurso modernizador, e o Consenso de Washington vai pautar grande parte das reformas brasileiras da década de 1990.

Na política internacional dos anos 90, o Brasil do governo Collor tendo continuidade no período Fernando Henrique Cardoso, vai buscar um alinhamento cada vez maior com os Estados Unidos. Em um mundo pós- Guerra Fria essa aproximação reforçará a transposição de muitas decisões importantes para fora do país, e a adoção das medidas neoliberais representadas pela hegemonia do capitalismo e dos Estados Unidos nos anos 90.

Essa imposição feita por entidades como o FMI e o Banco Mundial pareceu num primeiro instante à mudança de uma política desenvolvimentista para uma política de estabilização de caráter ortodoxo. Já que o Brasil do final dos anos 60 e nos anos 70 era um país com abundância de crédito privado, o que permitiu aumentar as taxas de crescimento, esse crédito era fruto de uma política desenvolvimentista que se insere no contexto da Guerra Fria. Ao mesmo tempo essa política foi responsável pelo endividamento externo do país, o que se revelaria trágico já no final dos anos 70. Com a crise e a recessão mundial, e com a consequente alta na taxa de juros houve a interrupção dos financiamentos que levaram o Brasil a ter uma crise no pagamento de suas dívidas. Como resultado desta política o país durante a década de 80 vai passar pela redução da taxa de crescimento e pela depressão econômica, trazendo com isso a desvalorização da moeda e a inflação.

A Economia no governo Collor, apesar de tentar resolver os problemas econômicos que assolaram o Brasil durante toda a década de 1980 através de medidas que tinham apoio das instituições financeiras internacionais, e que estavam em acordo com grande parte do empresariado brasileiro, entrou em recessão logo no primeiro ano de mandato. A retração causou muitos problemas à população, altos índices de desemprego eram registrados no ano de 1991 nas principais capitais do país. A elite do empresariado, porém, via como algo positivo o que estava acontecendo, a adaptação do Brasil ao capitalismo internacional demandaria estas dificuldades. Quando do processo de impeachment e renúncia do presidente, estes mesmos empresários se mostraram receosos, pois o vice de Collor, o político mineiro Itamar Franco era uma incógnita. A vinculação do vice com Collor vinha muito mais da oposição feita pelos dois contra a corrupção do governo Sarney, do que propriamente as ideias

econômicas expostas durante a campanha. Mas se Collor após uma série de denúncias de corrupção dentro de seu governo com a participação direta de seus funcionários mais próximos entrou em descrédito, o mesmo não se pode dizer do neoliberalismo. O neoliberalismo tornou-se a política econômica hegemônica neste momento, agregando pequenos e grandes empresários, grande parte da imprensa, políticos dos mais variados partidos, mesmo porque um dos fatores que mais auxiliavam nessa ascensão era a visão que se tinha do Estado, o responsável pela dívida externa brasileira e pela hiperinflação.

Um político paulista com formação em sociologia na USP, Fernando Henrique Cardoso então ministro das Relações Exteriores, aceitou a coordenação da economia do governo Itamar Franco, com a missão de baixar a inflação, e estabilizar a economia. Para tanto sua equipe foi responsável pela criação e implementação do Plano Real, que viria a ser o grande motivo para ascensão de FHC como político conhecido pela população, vindo a ser eleito presidente em 1994. O Plano Real encontrou êxito ao baixar a inflação e manteve a economia estável, o que fez com que a população tivesse um aumento embora pequeno, no poder de compra. Enquanto isso, o desemprego aumentava chegando ao ponto em que 1,5 milhões de pessoas, ou seja, 16% da população estivessem desempregadas na grande São Paulo no ano de 1995. Uma das consequências desse alto índice de desemprego foi o aumento do número de trabalhadores do mercado informal, sem carteira assinada e sem os direitos estabelecidos aos trabalhadores formais. Além disso, o aumento da taxa de juros fez com que chegasse ao Brasil uma grande quantidade de dólares, este capital especulativo buscava ganhar dividendos em curto prazo através da remuneração dos juros, e não com o lucro obtido com o investimento na produção de bens.

Para complicar a situação, o Estado brasileiro que buscava com os juros altos atrair capitais vindos do exterior agregando juros e abertura ao capital financeiro internacional, foi vítima das suas próprias políticas, pois estes mesmos juros incidiam sobre a dívida pública que ao invés de diminuir como acreditavam os formuladores do Plano Real, aumentou seis vezes somente nos primeiros quatro anos de governo FHC, como consequência o Estado que já adquirira muitas dívidas e era responsabilizado pela inflação dos anos anteriores acabou praticamente falido neste momento. (SADER, 1999, p. 45).

O que se viu durante o governo FHC, foi à marcha incessante no caminho das privatizações, o Estado segundo os reformadores do período não tinha capacidade para administrar através de empresas estatais certos setores da economia, a campanha a favor das privatizações tinha o apoio das grandes mídias, que ajudavam na propagação destas ideias, pois tinham interesse em participar da privatização do Estado principalmente em espaços

como as Telecomunicações. Os intensos processos de privatização, que transferiram um imenso patrimônio produtivo das mãos dos estados nacionais e de grupos privados nacionais para o controle de grandes corporações globais provocaram forte alteração nas estruturas de poder de inúmeros países, no Brasil isto não foi diferente. (SUNKEL, 1999).

A democracia liberal se impôs no Brasil após a democratização, bem como o sistema de mercado, em sua forma neoliberal, o Estado mínimo em resposta a “ineficiência” dos serviços controlados pelo poder público. Este pensamento hegemônico não ficou restrito as decisões de Brasília, e atingiu a diversos Estados da Federação como os governos de São Paulo, e do Rio Grande do Sul. As peculiaridades das políticas de privatização no Rio Grande do Sul a partir de 1995, quando o Governo Antônio Brito inicia o seu mandato tem direta vinculação com as medidas tomadas por FHC na presidência. Britto foi eleito buscando uma aproximação com Fernando Henrique, que colhia os frutos do Plano Real, a ideia de uma gestão moderna do Estado, com o controle fiscal ajustado e buscando o crescimento através de investimentos internacionais foram plataformas de campanha dos dois candidatos. De 1995 a 1998 os governos Federal e Estadual trabalharam juntos para colocarem em prática estas propostas. FHC teve em Antônio Britto¹⁵, um jornalista filiado ao PMDB, desde a campanha de 1994 seu apoio, pois o futuro governado não respeitando a orientação do partido para apoiar Orestes Quércia, o candidato do partido, apoiou a candidatura do Tucano¹⁶. Vai ser neste governo que o Estado do Rio Grande do Sul abrirá os processos de privatização das empresas de serviços como a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEE), a venda das empresas públicas aos grandes capitais foram neste momento propagandeadas como uma medida para melhorar a abrangência e a qualidade dos serviços para população, considerados incapazes de suprir as demandas crescentes por telefones e energia. Para tanto o Governador beneficiou-se de várias mudanças acontecidas por vontade do poder executivo Federal, FHC governou e legislou através de inúmeras medidas provisórias e de projetos enviados ao congresso. Britto tratou com a ajuda da mídia gaúcha, de incutir a ideia que vivíamos um momento de transformação e como todo projeto neoliberal tenta estabelecer, que este é um caminho único, capaz de melhorar as condições de vida da população e garantir o crescimento da economia com o controle da inflação.

15 Antônio Britto ficou conhecido pela mídia brasileira, ao torna-se porta voz das notícias médicas do presidente Tancredo Neves no ano de 1985, enquanto atuava como secretário de imprensa do novo governo.

16 O símbolo do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) é um tucano nas cores azul e amarelo, por isso os membros do partido são chamados de tucanos.

3 O NOVO SINDICALISMO BRASILEIRO

Neste terceiro capítulo trato do Sindicalismo no Brasil a partir do final da década de 1970. Após as greves dos metalúrgicos do ABC paulista no ano de 1978, novos paradigmas serão criados para os sindicatos. Uma nova forma de enfrentar os desafios na representação dos trabalhadores será pensada. Procuo descrever algumas dessas perspectivas que permearam o sindicalismo brasileiro durante toda a década de 1980. Posteriormente, analiso como a conjuntura político-econômica neoliberal dos anos 90 afetou diretamente os anseios dos trabalhadores sindicalizados.

Após o Golpe Militar de 1964, os trabalhadores tiveram um retrocesso no que dizem respeito a sua capacidade de reivindicações, as manifestações foram sufocadas e os sindicatos em sua grande maioria comandados por pessoas atreladas ao governo¹⁷. O marco para o ressurgimento do movimento reivindicatório dos trabalhadores no Brasil está localizado no final dos anos 70 através de inúmeras greves em um dos setores mais avançados da economia, a indústria automobilística de São Paulo¹⁸.

O “Novo Sindicalismo” foi expressão pela qual se convencionou chamar este novo período para as organizações trabalhistas, justamente para diferenciá-lo do “velho sindicalismo” que segundo o sociólogo Marco Aurélio Santana tem um período datado no Brasil, compreendendo os anos de 1945 a 1964, (SANTANA, 1999).

As lutas que iniciaram com os metalúrgicos do ABC paulista em 1978, e que posteriormente iriam influenciar outros setores, representaram uma ruptura entre sindicatos e governo, esta vinculação existia através de acordos que englobavam por vezes favorecimentos e conflitos, mas que retiravam a autonomia da organização dos trabalhadores, pois se organizava a partir de acordos com as cúpulas sindicais deixando muitas vezes a base trabalhadora alheia aos seus próprios direitos. Importante ressaltar que estas manifestações irão inserir-se no contexto de abertura política brasileira. Após um período em que o endurecimento do regime militar fez com que o diálogo com os sindicatos fosse praticamente extinto, e que as manifestações do movimento de trabalhadores eram proibidas.

17 Os militares pra controlarem o grande crescimento das manifestações operárias, tendo como exemplo a famosa greve dos 600 mil em São Paulo, colocaram interventores em mais de 500 sindicatos e cassaram mais de 10 mil mandatos de dirigentes.

18 O presidente Juscelino Kubitschek empossado em 1956 cria o Geia - Grupo Executivo da Indústria Automobilística. Neste mesmo ano na cidade de São Bernardo do campo, a primeira fábrica de caminhões com motor nacional da Mercedes-Benz. No que formaria a partir da década de 1960 o maior parque industrial da América Latina.

As medidas do governo no fim daquela década evidenciavam que o modelo de governo ditatorial estava em decadência, pois não conseguia manter a sua unidade mesmo no seu centro de poder. Como consequência, teremos o fim do AI5¹⁹ no ano de 1978, a possibilidade de uma reorganização dos partidos políticos no ano de 1979, junto à concessão da anistia política para todos os perseguidos e cassados do período militar, embora esta anistia previsse a absolvição dos militares que cometeram crimes como a tortura, prática recorrente do Estado brasileiro a partir de 1968.

As greves do ABC tiveram como ponto de partida a reivindicação dos trabalhadores por melhores salários, mas como afirma o historiador Marcelo Badaró não tiveram uma organização central para sua eclosão:

Embora não estourassem com data marcada, nem tivesse sido convocada pelos sindicatos, a coesão dos trabalhadores em torno dos movimentos indicava um acúmulo de experiências de resistência nas fábricas, um profundo descontentamento com a política salarial da ditadura e um nível razoável de representatividade do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que negociou os acordos para a volta ao trabalho, representando os operários nas diversas empresas. Esta representatividade maior do sindicato derivava de uma atuação dos dirigentes mais próxima dos interesses das bases, anunciada um ano antes pela campanha iniciada pelo Sindicato contra o expurgo dos índices inflacionários do início da década pela equipe econômica da ditadura, então comandada pelo Ministro Delfim Neto. Com a campanha de 1977, Luís Inácio “Lula” da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, tornou-se nacionalmente conhecido e passou a ser identificado como a mais importante liderança do grupo de sindicalistas que se identificava como autêntico. Para estes, um “novo sindicalismo” dependeria da ruptura com a estrutura sindical, que atrelava os sindicatos ao Estado e dificultava uma mobilização consciente dos trabalhadores. (BADARÓ, 2002, p.79).

Estas lutas por melhores salários e condições de trabalho ganharam força durante os anos 80, pois as demandas dos trabalhadores seriam colocadas no centro de um debate que discutia a política e a economia do governo brasileiro. Está claro que durante o período militar o arrocho salarial foi uma das medidas mais frequentes para que a acumulação de capital pelos empresários fosse mantida em patamares altos. O chamado “milagre econômico”²⁰ não redistribuiu renda, e manteve o Brasil como um dos países mais injustos do mundo pela desigualdade social encontrada entre ricos e pobres. Um país que manteve altos índices de crescimento econômico entre a década de 1960 e 1970, sendo considerado “O País do

19 O Ato Institucional Nº5 ou AI-5 foi o quinto de uma série de decretos do período militar. Segundo este decreto ficavam suspensos os direitos políticos de votar e ser votados nas eleições sindicais, proibia-se qualquer manifestação de natureza política. Reafirmava-se entre outras disposições do Ato a supremacia do por executivo sobre o legislativo, fechando o próprio Congresso Nacional brasileiro e ao poder judiciário pois os atos praticados no AI-5 estavam excluídos de qualquer apreciação judicial.

20 Entre os anos de 1968 e 1973, a economia brasileira cresceu a taxas médias de 15% ao ano. Mesmo assim, foi um período de grande concentração de renda. O ministro da fazenda Delfim Neto ficou conhecido pelas suas recorrentes explicações na televisão de que: “Era preciso fazer crescer o bolo, para depois reparti-lo.”

Futuro”, mas que concentrou as riquezas nas mãos de uma elite como nenhum outro. Os sindicatos através de suas manifestações demonstravam um resgate tanto no plano econômico, exigindo uma melhor remuneração e redistribuição do capital das empresas, e político, pela possibilidade novamente dos trabalhadores autonomamente manifestarem-se por seus direitos.

Durante os anos de 1980 o movimento grevista agora organizado iria ganhar força, pois mesmo com o fim da ditadura e o início da redemocratização brasileira, as políticas de governo continuavam a afetar negativamente os trabalhadores. A crise mundial dos anos de 1970 atingiu de diversas formas a economia interna brasileira, corte de crédito, diminuição dos níveis de crescimento, aumento da dívida externa e crescimento da inflação. O governo brasileiro na década durante este período buscou controlar a inflação através do congelamento dos salários dos trabalhadores, a conjuntura política tinha mudado, mas os prejuízos econômicos continuavam a ter como fiador o trabalho dos empregados e não os lucros dos patrões.

Neste contexto que surgiram as primeiras alianças entre os líderes dos sindicatos capazes de organizar a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A CUT nasceu, constituindo-se como leito natural de várias correntes, tendências, grupamentos e individualidades que atuavam no universo sindical mais combativo. Aglutinou-se desde o sindicalismo independente, isto é, sem militância política anterior e sem uma convicção ideológica consolidada, da qual uma vez mais a figura de Lula tipificava, à qual se somaram amplos contingentes da esquerda católica, sob influxo da Teologia da Libertação e da opção preferencial pelos pobres. Aglutinaram-se, também, tendências socialistas e comunistas várias, dissidentes da esquerda tradicional ou vinculadas às postulações de Leon Trotsky. Era um ideário diverso, multifacetado dentro das esquerdas, mas com um ponto básico convergente: estruturar uma central sindical de âmbito nacional capaz de constituir-se em um instrumental decisivo para a ação do trabalho em nosso país. Intimamente vinculada ao Partido dos Trabalhadores, contava, entretanto, com militantes de outros partidos, como o PDT, além de significativos contingentes de militantes sindicais não partidários. Era, pois, o escoadouro natural destes grupamentos que se empenhavam, há muito, na constituição de uma entidade sindical nacional de corte autônomo e independente. (ANTUNES, 1991, p. 49).

A partir do ano de 1980, grande parte dos sindicatos já tinha um partido político que englobava suas expectativas, o PT, Partido dos Trabalhadores²¹. A aliança dos trabalhadores através das centrais sindicais e do apoio de partidos vinculados às lutas dos trabalhadores será fundamental para solidificação que os sindicatos terão como expressão representativa dos sindicalizados nesta década. Devemos ressaltar que o movimento sindical brasileiro não estava

21 A criação do Partido dos Trabalhadores no ano de 1980 é resultado da aproximação de intelectuais de esquerda, dirigentes do movimento sindical e religiosos católicos vinculados a Teologia da Libertação. Desde seu início teve forte influencia dos sindicatos de base, rejeitando os líderes sindicais tradicionais.

todo unido através da CUT, mesmo que essa tenha sido durante aqueles anos a organização que representava a maioria das ações dos trabalhadores sindicalizados. Essas diferenças têm início nas oposições dentro dos próprios sindicatos, e como resultado dessas diferenças seria criadas outras organizações como no ano de 1983 a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Como forma de obterem maiores poderes frente ao governo e as empresas, os sindicatos organizaram-se para que a Constituição de 1988 observasse suas demandas. A democracia e a unidade sindical, junto à autonomia frente ao governo, eram suas maiores bandeiras. A constituição realmente colocou em sua carta algumas dessas reivindicações: retirou a proibição da sindicalização dos funcionários públicos e determinou o fim do controle do Ministério do Trabalho sobre os Sindicatos, porém, as normativas que continuariam com a Justiça do Trabalho, assim como o imposto sindical obrigatório, estas permanências frustraram os sindicalistas que esperavam uma mudança estrutural na representação dos sindicatos, pois a herança sindical oficial continuou em vigor na nova constituição, (BADARÓ, 2002).

3.1 OS SINDICATOS NOS ANOS 1990

A década de 1990 foi um período de extrema dificuldade para os sindicatos brasileiros. A mobilização e a sindicalização por parte dos trabalhadores diminuiu e estes problemas estão diretamente ligados à postura dos governos Federal e Estadual em relação ao movimento sindical.

O Neoliberalismo implantado por Fernando Collor de Mello a partir de 1989 e que teve continuidade com Fernando Henrique Cardoso por dois mandatos no período de 1995 a 2002, foram determinantes para a contínua desagregação da coletividade dos trabalhadores. Além disso, a estrutura sindical conservadora que foi mantida na constituição de 1988²², e as transformações no mundo do trabalho, decorrentes de fatores externos e internos, nos ajudam a compreender as dificuldades encontradas pelos sindicatos.

A permanência da estrutura sindical teve como consequência a limitação na capacidade de pressão dos sindicatos, as lutas sindicais seriam tuteladas pelas decisões da Justiça do Trabalho, responsável por julgar as questões referentes às disputas entre trabalhadores e patrões. Desta maneira o poder de normatizar a negociação tirava grande parte

22 Estrutura sindical corporativista, continuidade do imposto obrigatório, interferência da Justiça do Trabalho no julgamento das questões referentes aos sindicatos.

da capacidade dos sindicatos negociarem aumentos e condições melhores de trabalho. Muitas vezes os sindicatos neste período vão assumir uma postura considerada mais “defensiva”, distante daquela observada na década de 1980 e que estava atrelada ao “novo sindicalismo”, tendo como características reivindicação radical por melhores salários, negociações demoradas, greves, posições mais arraigadas e unidas entre os trabalhadores por melhores condições.

O contexto em que o Brasil coloca-se nos anos 1990 favorece a pressão por parte dos empresários de uma desregulamentação do trabalho, em busca de uma competitividade impulsionada pela abertura do país ao mercado internacional. A modernização das empresas que agora detinham fortes ligações com o mercado externo vai fazer com que o mercado brasileiro esteja cada vez mais dependente econômica e financeiramente da conjuntura internacional. Assim sendo, também o capital produtivo estarão atreladas as modificações de humor dos mercados externos, onde sempre que momentos de crise acontecerem, os trabalhadores serão os primeiros a serem atingidos.

Uma das maiores lutas travadas durante os anos 1990 será pela manutenção dos direitos trabalhistas representados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As medidas contra a inflação junto ao corte de gastos sociais, e a abertura comercial que foram intensificadas com a implantação do Plano Real, fizeram com que palavras como flexibilização e desregulamentação do trabalho se tornassem análogas à modernização e competitividade pelos empresários²³. Eles justificavam seus argumentos através do que chamavam Custo Brasil, que poderia ser reduzido através de uma reestruturação dos encargos pagos pelos empregadores, aumentando a competitividade dos produtos brasileiros no exterior dentro de um mercado globalizado.

As mudanças que as empresas vão efetivar nos anos 90 estão impulsionadas pela abertura e pelo neoliberalismo, e para que tivessem efeitos positivos no sentido da lucratividade era necessário debilitar a classe trabalhadora. O que se observa são medidas visando acabar com a coletividade dos empregados, através da terceirização, portanto da descentralização dos empregos em diversos locais e pela pressão causada pelo desemprego. Os sindicatos assumiram posturas mais defensivas e menos propositivas como afirma o

23 “Esses grandes grupos econômico-financeiros nacionais além de atuarem diretamente na esfera financeira, se fazem presentes também em outras esferas (atividades econômicas) da acumulação: agricultura, indústria, comércio e serviços. Embora possam estar mais focados em alguma delas em particular – o que depende muito da origem inicial das atividades do grupo e do seu poder de diversificação. Quando necessário, internacionalizaram-se, associando-se e fundindo-se com capitais estrangeiros, em uma ou mais atividades do grupo e transnacionalizaram-se, expandindo suas atividades para outros países. Os seus lucros são realizados tanto no mercado interno quanto no externo (exportação).” (FILGUEIRAS, 2006, p. 184).

pesquisador Ricardo Antunes, pois, a negociação via empresa estará relacionada à conjuntura de aumento da taxa de desemprego brasileira e pelo impacto das novas formas de precarização do trabalho. (ANTUNES, 1999)

Outro fator apontado como responsável pela desmobilização do movimento sindical é a burocratização das centrais dos trabalhadores, que acabou por afastar os sindicatos de suas bases. Na era Neoliberal brasileira dos anos 1990 alguns setores sindicais que defendem o sindicalismo pragmático, buscando uma orientação menos combativa e mais propositiva, deixando de combater diretamente o capital, irão ganhar espaço. Como representação deste setor a Força Sindical, que vai apoiar grande parte das privatizações e a desregulação do mercado de trabalho, demonstrando como sindicalismo não estava unido contra o modelo político econômico neoliberal adotado pelo governo.

O sindicalismo da Força Sindical, com forte dimensão política e ideológica, preenche o campo sindical da nova direita, da preservação da ordem, da sintonia com o desenho do capital globalizado, que nos reserva o papel de país montador, sem tecnologia própria, sem capacitação científica, dependente totalmente dos recursos forâneos. A reestruturação do trabalho que vai ser um fenômeno de conjuntura global. (ANTUNES, 1995, p. 171).

Muitos sindicatos na verdade não tinham representavam os trabalhadores, mas estavam em atividade por serem as entidades reconhecidas pelo poder público. Neste sentido como afirma Badaró (2002), a obrigatoriedade do imposto sindical era com certeza uma facilidade para estas organizações sindicais, pois se elas dependessem da contribuição espontânea dos trabalhadores teriam pouquíssimos sindicalizados e tenderiam a não se manterem ativas. Outra relação que podemos fazer é de que o dinheiro compulsório do imposto sindical pago pelos trabalhadores acabava por tornar mesmo os sindicatos mais combativos dependente desta renda, muitas vezes servia para o aparelhamento das estruturas sindicais.

Encontraremos na segunda metade da década de 1990, os resultados destas políticas neoliberais que aceleraram o processo de reestruturação produtiva ao mesmo tempo em que o trabalho “flexível” ganha espaço dentro da chamada economia informal. A conjuntura de medo e insegurança do período neoliberal brasileiro vai fazer com que, os trabalhadores preocupados com os números alarmantes de desemprego e de crescimento do trabalho informal, aceitem por vezes as pressões de seus patrões em troca da permanência dos direitos mínimos de um trabalhador com carteira assinada sobre o regime da CLT. Desde o início de seu mandato o Governo Fernando Henrique Cardoso demonstrou que tinha por objetivo

acabar com qualquer força reivindicatória dos sindicatos. Como exemplo da política para com as manifestações dos trabalhadores podemos referendos a greve dos petroleiros no ano de 1995. A greve durou 32 dias e demonstrou a força imposta pelo novo governo neoliberal comandado por FHC, bloqueando as contas dos sindicatos dos petroleiros, demitindo funcionários e através da Justiça do Trabalho impondo multas no valor de 100 mil reais para cada dia de greve.

Durante este período mesmo quando as três principais centrais sindicais (CUT, CGT e Força Sindical), convocarem uma greve geral dos trabalhadores como em julho de 1996, não terão adesão total dos trabalhadores. A insegurança e o medo de perder os empregos vai ser uma constante neste período.

Mas o Governo a partir de 1996 exibiu o discurso de livre iniciativa de negociação entre trabalhadores e empresários, formulando uma proposta para o que chamava de “*modernização do trabalho*”. As diferenças entre o sindicalismo combativo do final dos anos de 1970 e de toda a década de 80 são apontadas pela pesquisadora Martins (1999, p. 166):

[...] observa-se uma mudança radical da ação sindical na década de 90, especialmente no que diz respeito às demandas do sindicalismo. Em função das transformações que ocorreram na economia, na política e, em alguma medida, na sociedade, a agenda sindical se voltou para o interior da empresa, discutindo mais diretamente questões relacionadas com a problemática do trabalho, sejam as vinculadas à organização e gestão do trabalho, sejam aquelas ligadas à remuneração variável, como a Participação nos Lucros e Resultados, por exemplo.

O que podemos concluir é que o programa de governo neoliberal brasileiro da década de 1990 desestruturou a mobilização sindical. Durante os anos 1980 o novo sindicalismo teve fundamental importância para as conquistas dos trabalhadores, através de negociações duras tanto com empresários como com os governos. Em um contexto de redemocratização e construção de uma nova estrutura sindical, bem na verdade frustrada no seu todo, mas que obteve avanços significativos. Já em outra conjuntura, o governo pode se sobrepor aos sindicatos através de inúmeros mecanismos que acabaram por enfraquecer e esvaziar grande parte da mobilização atingida na década anterior, e atingir seu objetivo, a diminuição da capacidade de ação dos trabalhadores, possibilitando uma reestruturação produtiva visando uma maior acumulação de capital por parte dos setores da elite brasileira.

4 O SINDICATO DOS TELEFÔNICOS E A PRIVATIZAÇÃO DA CRT

No quarto capítulo após tratar do neoliberalismo e do sindicalismo brasileiro inseridos entre as décadas de 1980 e 1990, busco através dos jornais publicados pelo sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Sul, compreender como o este sindicato observou o processo de privatização da Companhia Riograndense de Telecomunicações. Para tanto preciso antes analisar a conjuntura político econômica em que o Estado do Rio Grande do Sul encontrava-se no período do Governo Antônio Britto (1995-1998).

4.1 O GOVERNO ANTÔNIO BRITTO

As eleições para o governo estadual do Rio Grande do Sul de 1994 foram polarizadas entre os candidatos Olívio Dutra do Partido dos Trabalhadores (PT), e Antônio Britto do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O Brasil naquele período de 1994 estava reagindo aos impactos da política econômica representada pela implantação do Plano de Estabilização Econômica, o Plano Real. Ao mesmo tempo politicamente continuavam as investigações sobre os casos de corrupção do Governo Fernando Collor de Melo de 1992, e dos parlamentares Federais no ano seguinte.

A década de 1980 foi marcada pela hiperinflação e pela crise fiscal do Estado. Assim sendo, quando em 1º de maio de 1994, o governo do então presidente Itamar Franco colocava a nova moeda brasileira, o Real em circulação, planeja que as eleições daquele ano acontecessem em um momento em que a grande vilã da economia brasileira estivesse em descenso. A estabilidade relativa da inflação faria com que os candidatos governistas angariassem muitos votos naquelas eleições.

No contexto do Rio Grande do Sul, o tema da corrupção também estava em foco. Não há dúvidas que o impeachment do presidente Collor em 1992 gerou uma série de debates sobre a honestidade dos políticos e o mau uso da máquina pública. No próprio Governo de Alceu Colares no Estado (1991-1994), as denúncias sobre irregularidades com o uso da máquina pública levaram a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que aconteceu na Assembleia Legislativa, com o nome de “*CPI da propina*”.

Os dois principais candidatos Olívio e Britto buscaram por todo tempo de campanha afastar-se desta imagem de político corrupto, e centraram o debate nas propostas que viriam a

fazer o Estado do Rio Grande do Sul voltar a crescer. Identificam uma crise econômica que deveria ser superada através da implementação das propostas de campanha. Neste sentido, Antônio Britto vinculou sua imagem a do candidato à presidência Fernando Henrique Cardoso do PSDB, ignorando a indicação de seu partido a presidência, o político paulista Orestes Quércia. O fato de FHC ter sido eleito no primeiro turno auxiliou para que houvesse uma bipolarização ideológica mais acentuada no segundo turno das eleições para o governo estadual em 1994, Olívio Dutra naturalmente tinha se posicionado ao lado de Lula em sua candidatura a presidência, demonstrando que as eleições tinham vinculação direta entre governo Federal e Estadual.

[...] o que mais interessa na polarização entre Lula e Fernando Henrique é que ela refletia a polarização que acontecia no Rio Grande do Sul, entre Olívio Dutra, pertencente ao Partido dos Trabalhadores, como Lula, e Antônio Britto, que embora fosse do PMDB, apoiava Fernando Henrique. Isto é, a bipolarização regional estava fortemente identificada com a polarização à presidência ocorrida no 1º turno. Esses elementos fizeram emergir a questão do relacionamento do Rio Grande do Sul como o governo federal, que foi a centralidade do discurso dos candidatos no segundo turno das eleições estaduais, quando Fernando Henrique já estava eleito e declarava seu apoio a Antônio Britto. (FIGUEIRA DA SILVA, 2003, p. 15).

Antônio Britto explorou durante a campanha eleitoral a ideia de que o Rio Grande do Sul tinha perdido o seu prestígio frente à nação, e de que só através de um processo de modernização da infraestrutura, onde os serviços públicos como telefonia e energia necessitavam de investimentos públicos, assim o estado conseguiria entrar no compasso do restante do país.

O candidato definia a gestão anterior como ineficiente, demonstrando que através de suas propostas atreladas ao governo federal, era o único capaz de trazer novamente o desenvolvimento econômico ao Rio Grande do Sul.

As eleições foram definidas no segundo turno, e Britto ganhou com uma diferença apertada, ficando com 52, 2% dos votos válidos, contra 47,8 % de Olívio. Esta eleição demonstraria a divisão ideológica em que o Estado estava colocado durante a década de 1990, fato que permaneceria nas próximas eleições.

Logo nos primeiros meses, demonstra que as propostas de campanha que tornariam o Estado mais “eficiente” seriam postas em prática. Cortar gastos, controlar as contas com austeridade, e equilibrar as dívidas estaduais. O caso da educação é emblemático para exemplificar a postura do Governo Brito, pois, tratou de implantar um programa de arrocho salarial para os funcionários da educação, não concedeu licenças e atrasou as aposentadorias da categoria dos professores estaduais. Além de somente no último ano aplicar a totalidade

dos recursos destinados por lei à educação. Adotou parecerias público-privadas, e instalou formas de avaliação de desempenho, que colocava a responsabilidade nos funcionários e professores, pela falta de êxito dessas políticas. Condiçionava o repasse de verbas às escolas a partir destas avaliações de desempenho.

Já no que diz respeito ao programa neoliberal que compartilhava com o presidente FHC, reduziu o tamanho do Estado, criando Plano de Demissões Voluntárias (PDV's) para setores do funcionalismo público. As principais estradas gaúchas foram pedagiadas, gerando protestos em diversas cidades do interior do Estado. E como que seguisse a risca as diretrizes do governo federal, abriu o período de privatizações das empresas públicas, como nos casos da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEE) e da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT).

O Governo Britto arregimentou aliados entre as elites rurais representadas pela Farsul²⁴, e pelo empresariado na organização da Fiergs²⁵, que observavam com entusiasmos as medidas neoliberais deste período.

4.2 A AÇÃO SINDICAL E A PRIVATIZAÇÃO DA CRT

O sindicato dos telefônicos do Rio Grande do Sul-SINTELL/RS, filiado a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações-FITTEL e a Central Única dos Trabalhadores-CUT tem sua origem em 1939. Os trabalhadores organizavam-se através da Associação dos Trabalhadores da Companhia Telefônica, que a partir da década de 1940 seria reconhecida como sindicato pelo governo do presidente Getúlio Vargas. Neste período o controle da empresa de telecomunicações não estava nas mãos do Estado, e quem controlava a companhia era uma empresa Norte-Americana, (ALMEIDA, 1993).

Com o início dos anos de 1960 a encampação da companhia feita pelo governador estadual Leonel Brizola²⁶ muda a situação dos trabalhadores. O argumento utilizado como motivo para encampação foi à incapacidade da empresa em suprir as necessidades da população gaúcha nos serviços de telefonia (Miranda, 2006, p.122). Realmente os norte-americanos tinham lucros altos, mesmo porque todo o material estrutural era trazido dos

24 Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. Criada em 1927, As grandes bandeiras da classe rural foram naquele momento o expurgo de marcas e sinais, a repressão ao contrabando de gado e charque e a implantação de institutos de crédito rural, até então inexistentes no Brasil.

25 Federação das Industrias do Estado do Rio Grande do Sul foi fundada no ano de 1937.

26 Uma das medidas do Governo Brizola foi à encampação das empresas norte-americanas Bond and Share e ITT. Esse fato repercutiu negativamente nas relações entre Brasil e Estados Unidos.

Estados Unidos, e sempre que os trabalhadores reivindicavam melhores, os gestores da empresa o condicionavam ao aumento das tarifas. Com o controle da agora Companhia Riograndense de Telecomunicações nas mãos do Estado, reconhecida como CRT pelos gaúchos, as perspectivas dos trabalhadores iriam mudar. O primeiro período como empresa estatal foi de grandes avanços a categoria, podemos referir o aumento significativo dos salários, antiga reivindicação dos trabalhadores no período do controle Norte-Americano da empresa. Com o golpe militar de 1964 e o início da ditadura as lutas sindicais sofrem a intervenção do estado e os sindicatos são fechados. Mesmo com a reabertura em 1971, o Estado condicionara as ações dos sindicatos através do controle tutelado de suas direções. Somente com as mudanças no Brasil a partir da reabertura democrática e do surgimento do novo sindicalismo, onde a retomada das ações sindicais, a partir das greves dos trabalhadores metalúrgicos nas cidades do ABC de São Paulo, e com a organização das grandes centrais sindicais (Antunes, 1991, p.12), é que o SINTELL/RS, participante ativo na construção desses dois momentos, vai iniciar uma série de lutas representando a categoria. Durante a década de 1980 serão diversas as manifestações, greves e convenções organizadas pelo SINTELL/RS. Neste sentido as eleições de 1983 para a presidência do sindicato marcam a mudança para uma postura mais reivindicatória e menos conciliatória entre os empregados e a empresa. A diretoria do SINTELL participou ativamente da luta pela aprovação da emenda constitucional Dante de Oliveira, a Campanha pelas Diretas Já, que tinha a proposta de eleições diretas para presidente e acabou sendo rejeitada pelo congresso²⁷. Em 1987, 15 sindicatos dos telefônicos em todo o Brasil, entre eles o SINTELL/RS, fundam a FITELL (Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicação). Filiada a CUT, essa organização busca acabar com as direções de sindicatos pelegas que ainda permanecem no Brasil, além disso, a FITELL terá uma postura muito clara contra o imposto sindical obrigatório.

No ano de 1990 acontecem às greves que reuniram trabalhadores da CRT e da EMBRATEL no Rio Grande do Sul tiveram a duração de vinte e um dias. A greve tinha como objetivo a reposição salarial da inflação. Este fato marca o início da década que seria a mais difícil nos mais de 50 anos do SINTELL/RS. Mas nesse período de 1990 a 1993, as maiores lutas do sindicato não foram com relação a salários e sim contra o plano de capitalização da CRT pelo governador Alceu Colares, que era acusado pela direção do SINTELL de tentar vender a CRT para grupos italianos e para a RBS. Nacionalmente o sindicato era contra a

27 Mesmo recebendo apoio popular, para se modificar a constituição precisava-se dos votos de dois terços dos deputados (320 deputados). O resultado da votação foi o seguinte: 298 deputados votaram a favor, 65 contra, três abstiveram-se e 113 não compareceram ao plenário fazendo com que a emenda não fosse para o senado.

quebra do monopólio das comunicações. Já em 1994 o Plano Real entra em vigor no Brasil, e o sindicato tem a preocupação de demonstrar as principais propostas em relação às privatizações dos candidatos a governo do Estado. A empresa ganha o prêmio de “melhor empresa de serviços públicos do Brasil”, pela revista Exame – Melhores e Maiores. Demonstrando que as críticas feitas pelo governo à gestão e o desempenho da CRT não tinham argumentos sólidos. O sindicato cria a campanha com a ajuda dos funcionários, Defenda a CRT, que angaria depoimentos entre os deputados estaduais.

A Câmara Federal vota e aprova em maio de 1995, a emenda constitucional que termina com o monopólio das comunicações pelo Estado Brasileiro. Esta decisão do congresso abre o período das privatizações do sistema Telebrás. No Rio Grande do Sul o SINTELL faz campanha por um plebiscito nacional, onde a população votaria sim ou não as mudanças constitucionais, a ideia obtém apoio de políticos com peso nacional como Lula e Brizola.

Segundo o ministro das comunicações de Fernando Henrique, o engenheiro Sérgio Motta, a abertura visava à realização de concorrências públicas com a participação de capitais privados. Nesse mesmo ano o governador Antônio Britto encaminha projetos à câmara estadual com a intenção de diminuir a participação do estado nas estatais. Os projetos preveem a abertura dos capitais da CEE e da CRT, e estabelece como justificativa que o dinheiro das capitalizações seria usados em investimentos para saúde, educação, segurança e transporte. Seguindo a câmara federal, os deputados estaduais aprovam em dezembro a abertura do capital da CRT.

Os anos de 1996 a 1998 vão ser decisivos para as lutas sindicais dos telefônicos, as discussões sobre o futuro da CRT e de seus próprios empregos vão se acentuar. Para a compreensão deste período utilizarei como fonte história o jornal sindical produzido pelo SINTELL/RS, chamado *O Parceiro*.

O jornal *O Parceiro* é uma publicação feita sob a responsabilidade do sindicato dos telefônicos do Rio Grande do Sul desde 1986, e funciona como um instrumento de representação e de difusão de ideias desta categoria. Busco analisar as perspectivas deste jornal que tem publicação bimestral e está disponível no sindicato dos telefônicos do Rio Grande do Sul – SINTELL/RS entre os anos de 1996 a 1998 dentro de um contexto de privatizações no Brasil, como ele apresenta os fatos aos trabalhadores da CRT e também a toda sociedade gaúcha. Representante de uma imprensa alternativa busca afastar-se do discurso correspondente a mídia dominante no Rio Grande do Sul, estabelecendo a construção de um conteúdo distinto dos jornais de grande circulação no Estado.

O grupo dos telefônicos estabeleceu através do *O Parceiro*, uma comunicação direta com seus sindicalizados. As reflexões do jornal tem esse caráter local, na discussão de temas que interferem diretamente na vida dos funcionários, mas também, abordam a situação das privatizações em países como México e Argentina nas décadas de 1980 e 1990, e quais as implicações para os trabalhadores. O jornal tornou-se um instrumento de mobilização dos funcionários das CRT, pois representava a opinião do setor, tentando romper com as notícias e “verdades” veiculadas na imprensa gaúcha. Na verdade, entre 1996 e 1998, o jornal estabelece esta relação de crítica à política econômica neoliberal adotada pelo governo Federal e Estadual. Compreendo que os posicionamentos do SINTEL/RS através do *O Parceiro*, nos ajudam a entender as perspectivas dos trabalhadores da CRT neste processo de privatização do seu espaço de trabalho.

O Governo Antônio Britto lança em abril de 1996, um PDV- Plano de Demissão Voluntária, que será trabalhado no editorial do mês de junho do *O Parceiro*. Neste mês o sindicato faz uma crítica feroz ao PDV proposto por Britto, afirmando que o SINTEL/RS tem por obrigação celebrar com o governo acordos de trabalho e não de demissão coletiva. Tem a preocupação de elucidar a precarização do trabalho que está ocorrendo, com reportagens sobre o caráter neoliberal do Governo Britto. Os exemplares daquele ano continuariam a questionar as atitudes do governo estadual referentes ao retardamento dos projetos de expansão da CRT, como estratégia para “lucros políticos futuros”, com uma possível expansão rápida pós-privatização. Uma discussão forte durante aquele período foi do pagamento por produtividade e participação dos lucros da CRT. O sindicato questionava os mecanismos que faziam com que uma mão de obra qualificada, fosse comparada a uma mão de obra barata de alta-rotatividade como aconteceu com os telefônicos da Argentina em anos anteriores.

O aumento da produtividade do trabalho (número de linhas em serviço por empregado) tem sido extraordinário: na Brasil Telecom, de 1999 a 2002, o aumento foi de 260,7%, passando de 471 para 1.699; na Telefônica/Telesp, o aumento da produtividade do trabalho, de 1999 até o final de 2002, foi de 131,7%, passando de 567 para 1.314. Esse crescimento deve-se principalmente à ampliação das plantas e à concomitante redução do número de empregados. (LARANJEIRA, 2003, p. 92)

Ao chegar novembro de 1996, o sindicato organizou junto ao Movimento Unitário dos Trabalhadores Gaúchos, uma marcha sobre Porto Alegre. Mais de oito mil pessoas fizeram um abraço simbólico à sede da CRT, fato que foi amplamente divulgado pelo jornal,

refletindo a partir desta ação, que o povo demonstrava querer uma CRT pública e a serviço dos gaúchos, e não nas mãos do capital estrangeiro.

Aqui no Estado, Antônio Britto, que iniciou magistralmente o seu governo extinguindo diversas empresas, já reservou as champanhes para comemorar o mais ignóbil ato – entregar a CRT a consórcios estatais estrangeiros. Conta, para esta missão com a hábil condução do Secretário de Energia, Minas e Comunicações, Assis Roberto de Souza e do presidente Cristiano Tatsch, que confundem e contrariam o seu dever para com o Povo Gaúcho. Mas a FRENTE GAÚCHA EM DEFESA DA CRT, hoje composta por deputados estaduais, câmaras de vereadores, prefeituras municipais, centenas de entidades populares e sindicais e por milhares de cidadãos, dão conta de que esta batalha será travada até o fim. Todos têm convicção de que a CRT foi construída pelo povo gaúcho e é o seu real e legítimo dono e vai ao dia 29, próxima sexta-feira, abraçar o que é seu – a CRT. (*O Parceiro*, nov., 1996, p. 2).

Mesmo assim em 17 de dezembro no salão da Fiergs seria feito o leilão de 35% das ações da empresa que ficariam sobre o controle de um consórcio que tinha participação da RBS, da Telefônica da Espanha, Telefônica da Argentina, Citicorp e Companhia de Telecomunicações do Chile. Neste leilão o consórcio que unia os fundos de pensão brasileiros, e que tinha participação do FCRT saiu da disputa na última hora não apresentando proposta e frustrando o SINTEL/RS. A tônica do editorial de dezembro ficou pela ênfase de que o patrimônio dos gaúchos tinha sido entregue a RBS e a um grupo espanhol, que este leilão era um jogo de cartas marcadas entre governo e empresas privadas.

E a palhaçada aconteceu. No dia 17 de dezembro, terça-feira, os convidados se apresentaram com o seu melhor traje, ocupando 400 lugares da plateia, preparados para aplaudir o grande espetáculo. Os políticos se erigiram para uma sala reservada junto com os coordenadores do processo – representantes do governo, da empresa e dos consórcios. “Quem não foi convidado, entrou para poder analisar melhor esse momento tão sério que está acontecendo com o setor público gaúcho, começando pela venda de ações da CRT, que deverá se estender aos serviços de energia e de água e saneamento”. E prá variar, a imprensa se condicionou ao que tinha sido imposto: um “curralzinho” limitado, no lado esquerdo do “grande” salão do Centro de Convenções da Fiergs, com todo o aparato eletrônico de transmissão simultânea, preparado inclusive, com mesa transparente de acrílico para que ficasse evidente a lisura do processo. (*O Parceiro*, dez., 1996, p. 2).

No ano de 1997 o sindicato iria dar grande atenção às mudanças estruturais que estavam passando as regras no setor de comunicações brasileiro, a FITTEL apresenta um projeto alternativo observando o caráter público das telecomunicações. O projeto do governo passa na câmara e no senado com larga vantagem, este tem como característica a omissão referente à obrigatoriedade dos investimentos da iniciativa privada em áreas socialmente importantes, mas com baixo retorno econômico para as empresas, da mesma forma não

estabelece nenhum tipo de critério para fixação das tarifas. Neste período, interpretando as novas resoluções sobre as comunicações da constituição, o governo do Estado manda a assembleia um projeto de venda total do sistema de telecomunicações do Rio Grande do Sul. O SINTELL/RS divulga a partir do seu jornal, uma campanha para a coleta de assinaturas tentando incluir na constituição estadual um parágrafo observando a obrigatoriedade de o Estado manter o controle da CRT, como uma estratégia para garantir um serviço de vital importância para a população.

[...] todos respondem pelo nome genérico de cidadão. E o conjunto destes cidadãos é apropriadamente denominado: POVO. Portanto, nada pertence ao governo e sim ao Estado, e o Estado é o Povo Gaúcho. Quem tudo paga e quem tudo constrói, e a quem pertence moral e eticamente, e até por direito, todo o patrimônio público incluindo, especialmente, a CRT. (*O Parceiro*, ago., 1997, p. 2).

Em novembro foram entregues 58.000 assinaturas ao presidente da assembleia legislativa gaúcha, na tentativa de barrar a venda total da CRT, A campanha salarial de 1997 seria outro assunto tratado com grande ênfase pelos editoriais do *o Parceiro* naquele ano, pois já era notada a participação dos sócios da RBS e da Telefônica espanhola. Nas negociações, temas como o achatamento salarial, as recolocações de inúmeros funcionários em funções diferentes do que estavam acostumadas a exercer, e a retirada de benefícios e vantagens dos funcionários serão sentidas já neste primeiro momento de administração conjunta entre iniciativa privada e pública.

Este ano a campanha salarial dos telefônicos deve ser considerada atípica, por estarmos entrando em fases da reestruturação produtiva que a muito o Sintell tem alertado aos seus trabalhadores. A entrada dos novos parceiros na gestão da CRT vem trazendo um período de achatamento salarial (mais ainda do que os anteriores), retirada dos benefícios e direitos anteriormente conquistados, e realocação do quadro funcional em situações adversas, com surpresas e novidades para muitos trabalhadores. (*O Parceiro*, dez. de 1997, p. 2).

O jornal busca relacionar os efeitos do início da privatização da CRT, com a conjuntura latino-americana onde os governos neoliberais de alguns países como México e Argentina estavam naquele período dos anos 90, transferindo grande parte dos monopólios estatais a corporações capitalistas estrangeiras a preços muito abaixo do que estes setores realmente valiam. As interferências do Governo Britto na avaliação do patrimônio da CRT, que segundo o jornal estaria subvalorizado, novamente auxiliando “os parceiros” do governo segundo o jornal, citando a relação de interesses entre governo e o grupo RBS.

O reajuste de mais de 500% sofrido pelas tarifas telefônicas nacionais, faz com que o Brasil entre no ranking dos países com preços mais altos na telefonia mundial, contrariando os defensores da privatização e legitimando as denúncias feitas pelo SINTELL de que a privatização do sistema Telebrás, incluindo a CRT, significava somente prejuízos aos usuários.

A assembleia aceitou as assinaturas, e a luta do sindicato continua para a conquista de 500 mil assinaturas, assim a matéria não precisaria ser votada pelos deputados. Na tentativa de aumentar o número de assinaturas, o jornal *O Parceiro* envia para a casa dos usuários um exemplar, com cinco formulários para a coleta de assinaturas. Através de manobras políticas o presidente da Assembleia legislativa daquele ano, o deputado José Ivo Sartori do PMDB, tenta atrasar a votação da emenda de Iniciativa Popular proposta pela entrega das assinaturas. Assim, esperava-se que a emenda não fosse votada antes de junho mês marcado para o novo leilão das ações da CRT.

Emenda de iniciativa popular tramita na assembleia: Foi entregue oficialmente dia 3 de dezembro do ano passado, na Assembleia Legislativa, 58.150 assinaturas relativas a 1º Emenda de Iniciativa Popular do Estado. Eram necessárias 56 mil assinaturas para que o projeto de venda do restante da empresa tivesse que ser submetido a uma nova votação na Assembleia Legislativa.

[...]

No momento, as assinaturas estão sendo analisadas na procuradoria da Assembleia, para posterior tramitação da Comissão de Justiça do Legislativo. Esta, por sua vez, encaminhará o processo para nova votação. Se os deputados novamente envergonharem o Rio Grande, o Movimento Gaúcho pela Cidadania partirá para o referendun, buscando as 560 mil assinaturas necessárias para que a venda da CRT seja cancelada sem a participação dos deputados. Esta é a forma pela qual o povo está expressando a sua contrariedade em relação à venda da CRT. É o RS em processo de democracia direta. (*O Parceiro*, jan. 1998, p. 2).

A ação do SINTELL esteve sempre marcada por três tipos de práticas nesses meses que antecederam a privatização total da empresa. E todos eram colocados nos editoriais e nas matérias de capa do jornal no ano de 1998. A estratégia consistia em primeiro lugar, evitar que o processo de venda chegasse a se concretizar. Isso era feito através da defesa da votação da emenda de Iniciativa popular, que já tinha sido entregue a Assembleia, e num segundo momento através de liminares judiciais que impediam que o leilão acontecesse antes da matéria ser votada, como foi feito em maio daquele ano. A segunda ação visava assumir a empresa através da preferencia da compra pelos funcionários, justificativa que estava baseada no artigo 163 da constituição estadual que previa este tipo de preferencia de compra das ações de empresas estatais em caso de venda pelos trabalhadores se estes estivessem organizados em forma de cooperativa. Como terceira via, notava-se a preocupação do sindicato nas

matérias desde meados de 1997 em obter posições no conselho de administração da empresa, podendo assim obter garantias aos trabalhadores sem ferir nas negociações os princípios do sindicato.

No âmbito nacional a privatização do Sistema Telebrás estava em pleno andamento. O leilão seria feito no final do mês de julho no Rio de Janeiro. Após este pronunciamento do ministro Sérgio Motta, a FITTEL e todos os sindicatos que faziam parte da federação iniciaram uma série de manifestações nas maiores cidades do Brasil contra as privatizações. Mesmo assim o leilão ocorreu e todo o Sistema Telebrás, foi vendido por US\$ 22 bilhões em 29 de julho de 1998. A FITTEL tentou barrar o leilão na justiça através de inúmeras ações da justiça, mas nada disso foi capaz de deter a venda.

Desse modo, a CRT passou a ser administrada pela TBS – Tele Brasil Sul Participações S/A, onde faziam parte a Telefônica da Espanha e a RBS. Toda a propaganda feita pela mídia gaúcha era contrária às manifestações do SINTELL, somente ressaltando as “vantagens” da privatização. O jornal *O Parceiro* neste momento de 1998, ressaltava a diferença de posições entre os jornais comandados pela RBS, que diziam que as estatais gaúchas eram deficitárias e as matérias de revistas especializadas em gestão empresarial que afirmavam a boa saúde financeira das estatais gaúchas, com excelentes rendimentos, o que tornava a participação nesses leilões um negócio muito lucrativo. Essa discordância somente reafirma que: “É reconhecido pela historiografia o papel da imprensa como um instrumento de manipulação de interesse e de intervenção na vida social.” (CAPELATO E PRADO, 1980 p. 28).

A partir do ano de 1999, as negociações com a CRT privatizada se tornariam muito mais difíceis. Os acordos propostos pela companhia são considerados os piores para o setor em todo o Brasil segundo *O Parceiro*, o que paralisa qualquer tipo de negociação com o sindicato. Em março o SINTELL organiza um encontro estadual, com o objetivo de unificar as lutas contra as demissões. A CRT em contrapartida propõe um plano de benefícios para a Fundação, querendo convencer os empregados, ativos e aposentados a aderirem a ele. O sindicato analisa com a ajuda de técnicos e publica sua opinião sobre o plano proposto pela direção, às negativas ao plano são expostas como capa do jornal.

O sindicato reúne-se com o governo Estadual para acusar a empresa de não cumprir os acordos do edital de compra, pois as demissões estavam excedendo os 9% de demissões máximas anuais. Ao mesmo tempo, o Governo Olívio Dutra do PT, que vencera as eleições contra Britto em 1998, mostrava-se preocupado com a precarização do trabalho dos telefônicos e o sucateamento da empresa, pois, a Telefônica estava investindo muito mais na

Telesp²⁸, empresa de telecomunicações de São Paulo e a mais lucrativa neste setor do país que também havia garantido a posse pelo leilão de janeiro de 1998.

A direção do SINTELL diante deste quadro decidiu concentrar suas ações em alguns setores, extinguindo serviços de assistência médica que funcionavam agora somente através de convênios, demonstrando retração do poder sindical neste novo quadro. O SINTELL busca através de seu jornal e também através de cartilhas, alertar os sindicalizados para o risco nesta nova conjuntura de trabalho. A retração do número de funcionários fazia com que os trabalhadores tivessem outro regime de esforço, ao mesmo tempo em que a privatização demonstrava a total falta de respeito pelas funções dos funcionários, e sua área de atuação. Tudo isso demonstrava que esses eram novos tempos para os funcionários das telecomunicações no estado, e que o sindicato teria de adaptar-se a nova conjuntura.

O processo de privatizações no Rio Grande do Sul no setor das telecomunicações acabou com a transferência do patrimônio da população para o capital estrangeiro, representado pela Telefônica da Espanha. Fica evidente que a luta travada pelo sindicato dos telefônicos contra este acontecimento estava diretamente ligada com a perspectiva correta que tinham sobre o futuro dos trabalhadores neste novo contexto. O enfraquecimento da posição do sindicato dos telefônicos junto aos trabalhadores, as demissões e a precarização do trabalho que as telecomunicações vão sofrer por todo o país com vinda do Sistema Telebrás, representada aqui no estado pela privatização da CRT, demonstra como o Neoliberalismo implementado durante os anos 90 no Brasil como política econômica serviu realmente não como uma tentativa frustrada de crescimento, mas sim como uma solução para a acumulação de capitais nas mãos de uma pequena parcela da população frente ao desemprego e a insegurança criada para a grande maioria dos trabalhadores.

28 Durante o processo de venda do Sistema Telebrás, a Telesp era vista por analistas econômicos como a “Joia da coroa”, dentre as empresas do setor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual a posição do sindicato dos telefônicos frente ao processo de privatização das telecomunicações no Rio Grande do Sul? Qual foi a postura do Governo Antônio Britto e quais ações práticas ele tomou para acelerar a venda das estatais? Como a expansão do pensamento neoliberal influenciou a política econômica brasileira a partir da eleição do presidente Fernando Collor de Mello?

Neste trabalho busquei analisar a partir do jornal *O Parceiro*, de responsabilidade do SINTELL/RS, a luta dos trabalhadores da telefonia nos anos de 1996 a 1998 contra a venda da Companhia Riograndense de Telecomunicações.

O Governo Antônio Britto, vencedor das eleições de 1994, estabeleceu um plano de modernização do Rio Grande do Sul que tinha como um de seus pilares a privatização de empresas estatais. Com uma posição atrelada ao presidente FHC, o governo estadual esforçou-se em seus quatro anos de mandato, em diminuir ao máximo a sua participação em diversas áreas que eram de sua responsabilidade. Assim procedeu no caso da implementação das praças de pedágio, e na defesa de uma maior “eficiência” dos serviços à população argumentando que a solução estaria na privatização de setores como a telefonia e a energia.

Tudo isso foi percebido pelo sindicato dos telefônicos, e todo o processo que culminará com a venda total da CRT está inserida na publicação do jornal *O Parceiro*, entre os anos de 1996 e 1998. Além disso, a argumentação política do periódico analisado teve como preocupação relacionar o processo que acontecia no Rio Grande do Sul com a conjuntura ideológica que o neoliberalismo, pensamento hegemônico dentro do sistema capitalista manteve durante os anos 90.

Para compreender as políticas adotadas pelos governos brasileiros neste período, tratei de descrever brevemente a expansão das ideias neoliberais que ao chegarem aos governos do centro do capitalismo mundial, entre o final dos anos 70 e início da década de 1980, com a promessa de contenção da inflação e volta do crescimento, desempenhou um papel fundamental na precarização das condições de trabalho em busca de maiores lucros. O que seria comprovado pela situação da classe trabalhadora nos anos 90 aqui no Brasil.

Além disso, tentei compreender como o combativo Novo Sindicalismo da década de 1980 foi atingido na nova república e quais os avanços e retrocessos que os sindicatos tiveram a partir da constituição de 1988. Como as centrais sindicais tiveram posições distintas nas negociações com o governo e os empresários, e como o SINTELL, sindicato filiado a CUT

manteve-se firme nas discussões mesmo em um contexto de difícil diálogo com o aparato estatal.

Percebe-se com isso que mesmo com a mídia de massas e os governos estadual e federal fazendo pressão para que o “negócio”, a venda parecesse um ato modernizante que traria consequências positivas para o Rio Grande do Sul, o sindicato dos telefônicos através de seu jornal conseguiu abrir um canal de diálogo com os trabalhadores da companhia e com uma parcela da sociedade que participou ativamente das manifestações coordenadas pelos trabalhadores. Devemos interpretar a posição tomada pelo jornal como um documento de extrema relevância, pois valoriza o trabalho desempenhado pela companhia na prestação de serviço a população evidenciando que a CRT era de todos os gaúchos ao mesmo tempo em que busca defender o trabalho dos funcionários frente à conjuntura de enfraquecimento dos sindicatos durante a década neoliberal brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marilis L. de. **Processos de Relações de Trabalho no Setor de Serviços: mudanças tecnológicas e organizacionais na Companhia Riograndense de Telecomunicações**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pósneoliberalismo: as políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. P. 9-23.
- ANTUNES, Ruy A **Desertificação Neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula**. Campinas: Autores associados, 2005.
- BIONDI, Aloysio. **O Brasil Privatizado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- BOITO JÚNIOR, Armando et al. **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CAVALCANTE, Savio Machado. **Sindicalismo e Privatização das Telecomunicações no Brasil: a busca (fracassada) à social-democracia**. Campinas: UNICAMP, 2006.
- CAMPOS, R. S. **Escolhas Políticas, Decisões Econômicas, Consequências Sociais: um estudo sobre o impacto da democracia procedimental do neoliberalismo na América Latina e no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.
- CAPELATO, Maria Helena. **Os Arautos do Liberalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1980.
- COSTA, Maria da. **Telecomunicações no Brasil: a trajetória de uma política tecnológica (1962-1987)**. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- FIGARO, R. A Construção do Discurso da Imprensa Sindical. **Revista de Jornalismo**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 5-15, 1994.
- FILGUEIRAS DA SILVA, L. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASULADO, E.M.; ARCEO, E. (Orgs.). **Neoliberalismo y Sectores Dominantes: tendências globales y experiências nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- FIORI, José Luís. O Brasil e a Mudança Mundial: espaços em disputa. In: CASTRO, A.; Saboia, J. (Orgs.). **Brasil em Desenvolvimento 2: instituições, política e sociedade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. P. 40-50.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e Desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GONÇALVES, Reinaldo. **O nó Econômico**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo, Cia das Letras, 1994.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

LARANJEIRA, Sônia M. A reestruturação das telecomunicações e os sindicatos. **Revista Brasileira Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 90-95, jun. 2003.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. P. 535-549.

MARTINS, Heloísa H.T de S. **O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil**. São Paulo, HUCITEC, 1979.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Vício de Leitura, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editora, 2002.

MIRANDA, Simone P. de. **Projeto de Desenvolvimento e Encampações no Discurso do Governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)**. Porto Alegre, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

O PARCEIRO. Porto Alegre, dez. 1997.

O PARCEIRO. Porto Alegre, ago. 1997.

O PARCEIRO. Porto Alegre, dez. 1996.

O PARCEIRO. Porto Alegre, dez. 1997.

O PARCEIRO. Porto Alegre, jan. 1998.

SADER, Emir. **Que País É Este?** São Paulo: Atual, 1999.

SAES, Décio. **República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em Disputa: o 'novo sindicalismo' e a idéia de ruptura com o passado. In: Rodrigues, Iram Jácome (Org.). **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. Petrópolis, Vozes/EDUC/UNITRABALHO, 1999.

SILVA, P. H. C. **Trajatórias Ocupacionais dos Trabalhadores Desligados do Setor de Telecomunicações**. Porto Alegre: 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SUNKEL, Osvaldo. Globalização, Neoliberalismo e a Reforma do Estado. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Orgs.). **Sociedade e Estado em Transformação**. Brasília: ENAP, 1999. P. 170-180.